



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
N.ª SENHORA DA LUZ
L.A.R. CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO

Centro Social Paroquial Nossa Sr.ª da Luz

Anexo

31 de dezembro de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
2.2	Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.....	5
2.3	Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6	Ativos Intangíveis	14
7	Inventários	15
8	Rédito	16
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
11	Imposto sobre o Rendimento	18
12	Benefícios dos empregados	19
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
14	Processos judiciais em curso	20
15	Outras Informações.....	20
15.1	Investimentos Financeiros	20
15.2	Clientes e Utentes	21
15.3	Outros Ativos Correntes.....	21
15.4	Diferimentos	21
15.5	Caixa e Depósitos Bancários	22
15.6	Fundos Patrimoniais.....	22
15.7	Fornecedores	22
15.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	23
15.9	Outros Passivos Correntes	23

Variado
J. AGUIAR
D. ROCHA

15.10 Subsídios, doações e legados à exploração	24
15.11 Fornecimentos e serviços externos.....	24
15.12 Outros rendimentos.....	24
15.13 Outros gastos	24
15.14 Resultados Financeiros.....	25
15.15 Acontecimentos após data de Balanço	26

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Luz, sediada na Rua da Parada Militar n.º 12, 2560-052 A-dos-Cunhados, é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), integrada no tipo de Organizações ou Instituições da Igreja Católica na Direção Geral da Segurança Social desde 08/05/1985, no Livro 02 das Fundações de Solidariedade Social Sob o n.º 44/85 nas folhas 199 e 200.

Adota a forma de Centro Social Paroquial, sem prejuízo do Espírito e disciplina Religiosa que o Informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS, dos estatutos próprios e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da concordata de 2004.

A instituição visa essencialmente prosseguir atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento (a que corresponde a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) n.º 87301), tendo encetado no período de 2015 uma atividade comercial que culmina com a venda de material de incontinência, bem como uma vasta variedade de material de enfermagem (CAE secundário n.º 86906), alargando assim o leque de clientes/utentes à comunidade em geral.

- Resumidamente a atividade assenta nos seguintes fins:
 - Apoio às famílias e às pessoas idosas, através do seu Centro Interdisciplinar de Promoção da Autonomia, constituído pelas respostas sociais de: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, bem como o projeto "Luz & Conforto", onde são prestados os cuidados de conforto ao domicílio a utentes em fase terminal de vida;
 - Apoio à família e às pessoas através da sua integração no mercado de trabalho;
 - Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
 - Apoio à integração social e comunitária;
 - Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, de capacidade para o trabalho ou isolamento;
 - Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
 - Obtida licença do Ordinário do lugar, a promoção de outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Vários
J. ALVES
Chagas
Dulacosta

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2022.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

Vânia
J. Alves
D. Soares

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A demonstração de Fluxos de Caixa é feita atendendo ao método Direto, à semelhança do ano anterior. Através deste método cada uma das transações de entrada ou de saída de dinheiro é imediatamente classificada de acordo com a sua natureza. A principal fonte de financiamento da instituição em 2022 é a atividade Operacional, permitindo obter uma variação positivo na tesouraria.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 - 4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Vânia X
 J. ALVES
 D. ALVES

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	5 - 51
Equipamento básico	5 - 10
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros Activos fixos tangíveis	1 - 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.4 Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constante do Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o

pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respetivo trabalhador é desreconhecido dos investimentos financeiros, aquando do seu reembolso.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

A entidade detém três grupos de inventários:

- Mercadorias - destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, mas estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa;
- Géneros alimentares - destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa;
- Materiais diversos - destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa;

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio

Vânia x
J. Alves
D. Alves

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Vânia
L. Alves
J. Alves
J. Alves

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	112 801,00					112 801,00
Edifícios e outras construções	1 905 262,54	42 562,26		25 000,00		1 972 824,80
Equipamento básico	472 191,32	11 776,14				483 967,46
Equipamento de transporte	183 203,45					183 203,45
Equipamento administrativo	190 317,61	12 048,78				202 366,39
Outros Ativos fixos tangíveis	68 744,09	3 487,05				72 231,14
Ativos em curso	16 362,20	12 500,00		-25 000,00		3 862,20
Total	2 948 882,21	69 874,23	0,00	0,00	0,00	3 031 256,44
Depreciações acumuladas						

Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	622 228,62	50 626,64				672 855,26
Equipamento básico	396 835,40	22 526,67				419 362,07
Equipamento de transporte	146 683,75	15 181,34				161 865,09
Equipamento administrativo	176.954,66	5 858,48				182 813,14
Outros Ativos fixos tangíveis	63 803,64	2 738,55				66 542,19
Total	1 406 506,07	96 931,68	0,00	0,00	0,00	1 503 437,75
Valor Líquido						1 527 818,69

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	112 801,00					112 801,00
Edifícios e outras construções	1 972 824,80	7 656,61				1 980 481,41
Equipamento básico	483 967,46	25 330,99				509 298,45
Equipamento de transporte	183 203,45					183 203,45
Equipamento administrativo	202 366,39	1 253,37				203 619,76
Outros Ativos fixos tangíveis	72 231,14					72 231,14
Ativos em curso	3 862,20	28 044,00		*-3 862,20		28 044,00
Total	3 031 256,44	62 284,97	0,00	-3 862,20	0,00	3 089 679,21
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	672 855,26	52 477,08				725 332,34
Equipamento básico	419 362,07	21 445,49				440 807,56
Equipamento de transporte	161 865,09	8 829,67				170 694,76
Equipamento administrativo	182 813,14	7 645,08				190 458,22
Outros Ativos fixos tangíveis	66 542,19	2 910,75				69 452,94
Total	1 503 437,75	93 308,07	0,00	0,00	0,00	1 596 745,82
Valor Líquido						1 492 933,39

*O valor de 3 862,20€ refere-se à adjudicação módulo para espaço de Isolamento em 2021.

O Processo colocado no Julgado de Paz do Bombarral (proc 39/2021 JPBBR), contra a empresa Meritformula e Amândio César Guedes da Silva, o qual foi arquivado por insolvência dos arguidos.

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Vânia x
J. ALVES
Subscrito

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	23 908,29					23 908,29
Outros intangíveis	900,00					900,00
Total	24 808,29	0,00	0,00	0,00	0,00	24 808,29
Amortizações acumuladas						
Programas de Computador	22 294,54	1 061,30				23 355,84
Total	22 294,54	1 061,30	0,00	0,00	0,00	23 355,84
Valor Líquido						1 452,45
2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	23 908,29					23 908,29
Outros intangíveis	900,00					900,00
Total	24 808,29	0,00	0,00	0,00	0,00	24 808,29
Amortizações acumuladas						
Programas de Computador	23 355,84	552,45				23 908,29
Total	23 355,84	552,45	0,00	0,00	0,00	23 908,29
Valor Líquido						900,00

Outros intangíveis: Concessão de Sepultura Perpétua – Talhão 17 coval 9 no cemitério de A-dos-Cunhados.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regulariz.	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	6 916,48	34 129,37	-2 726,79	6 916,48	41 137,37	-2 813,56	8 553,03
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28 826,10	191 935,53	-5 891,20	28 826,10	191 458,30	145 340,35	21 536,21
Total	35 742,58	226 064,90	-8 617,99	35 742,58	232 595,67	142 526,79	30 089,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				221 537,53			380 775,80

Vânia L. Almeida
 Subscrita

8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	52 258,91	46 158,14
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	886 382,20	797 610,97
Serviços Secundários	8 097,31	13 428,61
Juros		8,54
Total	946 738,42	857 146,28

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Ativos e Passivos contingentes

A Entidade não tem quaisquer ativos e passivos contingentes que devam ser divulgados.

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são reconhecidos nos Capitais Próprios. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que compensem, nomeadamente as depreciações.

A imputação dos subsídios ao investimento teve o seguinte impacto nos fundos patrimoniais:

Descrição	Saldo Inicial 2022	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 2022
PIDAC	40 742,75	0,00	2.144,41	38 598,34
Edifício Lar	6 284,82	0,00	349,16	5 935,66
Programa solar térmico	8 066,27	0,00	2 675,71	5 390,56
MASES	328 304,74	0,00	7 926,54	320 378,20
Total	383 398,58	0,00	13 095,82	370 302,76

Sintetizando constam dos rendimentos da Instituição os seguintes subsídios:

Descrição	2022	2021
Subsídios ao Investimento:		
PIDAC	2.144,41	2.144,41
Edifício Lar	349,16	349,16
Programa solar térmico	2 675,71	2 675,71
MASES	7 926,54	7 926,54
TOTAL	13 095,82	13 095,82

Os Subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Subsídio à Exploração:	2022	2021
I.S.S., IP		
E.R.P.I.	415 057,10	372 372,70
Centro de Dia	35 445,20	41 180,45
Serviço de Apoio Domiciliário	114 455,71	106 163,66
Vagas Protocoladas – E.R.P.I.	19 634,98	19 862,36
Complemento por Dependência	2 916,48	2 815,20
Medida Excepcional e Temporária de Apoio à Família (Covid19)		2 531,66
Vagas Emergência Hospitalar	60 337,98	31 518,37

Vânia Jo.
J. Almeida
D. Barbosa

POAPMC	3 952,80	4 651,20
Adaptar Social +		2 850,00
Total	651 800,25	583 945,60
I.E.F.P.		
Estágio Profissional	9 018,34	5 215,83
CEI	23 643,81	8 876,66
CEI +	38 855,97	4 743,38
Mercado Aberto	13 694,66	21 964,92
Converte +/- Medida Comp Emp Sustentável	6 859,41	4 062,65
MAREESS	25 384,80	51 273,56
POISE – Programa Oper Inclusão Social Empre	47 976,24	641,83
IAPMEI – Compensação Aum valor RMMG	3 304,00	887,25
+CO3SO- Emprego e empreendedorismo Social	7 332,61	13 504,89
Total	176 069,84	111 170,97
Outros Subsídios à Exploração		
Autarquia - CMTV		10 000,00
TOTAL	827 870,09	705 116,57

Durante o ano 2022 a instituição recebeu diversos subsídios.

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) através de diversos programas, designadamente: Contrato Emprego de Inserção, Contrato de Emprego de Inserção +; Mercado Aberto relacionado com o programa de Emprego e apoio à qualificação de Pessoas com Deficiência; Converte +, Medida Compromisso Emprego Sustentável, Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de saúde e Estágios Profissionais.

Consta ainda na rubrica de subsídios à Exploração a parte correspondente ao período de 2022 relativa ao "Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas" (POAPMC).

A instituição conta também com as participações do Instituto da Segurança Social, para as valências E.R.P.I., Centro de Dia, Apoio domiciliário, Vagas de Emergência Hospitalar.

Dos Subsídios da I.S.S., IP. Reconhecidos em 2022, 8 046,70€ não foram recebidos conforme discriminado na seguinte tabela:

2022		Redito 2022	Recebimento referente 2022	Recebimento referente 2023	Diferença 2721903	Observações	2823 - Rendimentos a reconhecer em 2023
90	Complemento p/Vagas Reservadas	23 999,24 €	16 290,80 €	- €	3 344,14 €	Mês 11, 12	
54	Lar de Idosos	415 057,10 €	415 057,10 €	30 409,95 €		ano 2023	30 409,95 €
56	Serviço Apoio Domiciliário	114 455,71 €	114 455,71 €	5 768,60 €		ano 2023	5 768,60 €
60	Complemento para lares de idosos	2 916,48 €	2 187,36 €	- €	729,12 €	Mês 10, 11, 12	
53	Centro Dia	35 445,20 €	36 855,32 €	3 880,80 €	-1 410,12 €	Valores a devolver / valor pago a mais	3 880,80 €
	Vagas de Emerg. Hospitalar	60 337,98 €	54 954,42 €	- €	5 383,56 €	Mês 12	
	TOTAL	573 876,74 €	565 458,33 €	40 059,35 €	8 046,70 €		40 059,35 €

11 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado:

Rendimentos e Gastos		2022
Vendas		52 258,91 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		36 687,27 €
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		- €
Sub Total		15 571,64 €
Gastos com pessoal		15 008,10 €
Outros rendimentos		1 282,72 €
Juros		8,54 €
Produção Energia		3 583,03 €
TOTAL		5 437,83 €
Gastos comuns:		
* Eletricidade	37 441,03 €	
* Material Escritório	3 509,37 €	
* Gastos c/ depreciações Edifício	52 477,08 €	
	93 427,48 €	
Total Gastos Comuns - (Artigo 54º IRC)		2 338,62 €
Total Gastos Comuns-(Artigo 53º n.º7 IRC)		3 099,21 €
Resultados antes de impostos		- €
Imposto sobre o rendimento do período - Artigo 87º n.º 5 ----		- €
----- 21%		

Vânia B.
J. Alves
D. Soares

12 Benefícios dos empregados

- Horácio Félix – Presidente da Instituição, encetou um contrato de trabalho em regime de comissão de serviço a 23 de Março de 2016, sendo a sua remuneração o montante mensal de 2 IAS (886,40€);
- Miguel Leite – Vice-Presidente da Instituição, encetou um contrato de trabalho em regime de comissão de serviço a 1 de Fevereiro de 2020, sendo a sua remuneração 1.030,00€; apresentou a sua demissão com efeitos a 30-09-2022;
- Ludovina Pereira – assumiu as funções de Vice-Presidente a 1-10-2022; a mesma já exercia funções na instituição, sendo a sua remuneração 900,00€;
- José Augusto – Secretário da Direção Vigente, e encarregado de Serviços Gerais desde 1992, assim que se tornou pensionista por velhice a 31 março de 2018. A 1 de abril de 2018 celebrou-se contrato de trabalho de 6 meses renováveis automaticamente, auferindo 2 IAS (886,40€);
- João Alves – Vogal e responsável pelas encomendas e armazenamento do material de Incontinência/Clinico e de Enfermagem, é compensado mediante senhas de presença. Em média 270,00€ por mês.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de “99” e 31/12/2021 foi de “83”.
Estando dividido entre género da seguinte forma:

	Homens	Mulheres	Total
Quadros	9	73	82
IEFP	5	12	17
Total	14	85	99

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	18 492,88 €	22 900,41 €
Remunerações ao pessoal	782 604,12 €	769 193,90 €
Remunerações - Bolsas IEFP	109 008,79 €	83 543,07 €
Encargos sobre as Remunerações	177 526,01 €	174 381,14 €
Seguros de Acidentes no Trabalho	29 251,40 €	28 843,21 €
Formação Profissional	3 142,55 €	4 411,40 €
Outros Gastos com o Pessoal	90 222,88 €	65 512,90 €
Total	1 210 248,60 €	1 148 786,03 €

Salienta-se um fator importante, no que se refere aos gastos com bolsas IEFP, pois no ano 2022 a instituição teve uma média de 17 pessoas as quais teve um grande impacto na diminuição dos gastos com o pessoal.

Dos 109.008,79€ de Gastos com Bolsa IEFP (exceto Estágios Profissionais), os seguros de acidente pessoais/trabalho no valor de 2.810,32€, Subsídio de refeição 13.464,00€(média) dando um total de 125.283,11€, obtivemos um proveito de 96.902,00€; dando um custo suportado no valor de 28.380,19€, ou seja, cada pessoa teve um custo médio mensal de 139,12€.

Do nosso quadro de pessoal, saíram 13 funcionários, dos quais 3 por motivo de reforma e invalidez, as quais estavam com baixas prolongadas.

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 Processos judiciais em curso

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Luz intentou a presente ação declarativa de condenação com processo comum (Proc n.º 952/19.7T8TVDL1) contra Antonieta da Conceição dos Santos e Iyara Conceição dos Santos, solicitando a condenação das rés a pagar-lhe o valor global de 50.394,63€ referente aos custos de prestação de serviços e outros custos associados e correspondente ao período de 2015 a 2020.

Processo colocado no Julgado de Paz do Bombarral (proc 39/2021 JPBBR), contra a empresa Meritformula e Amândio César Guedes da Silva, referente a um adiantamento, no valor de 3.862,20€) para fornecimento de um Módulo para espaço de Isolamento e que não foi entregue. Foi arquivado por insolvência dos arguidos.

Está em curso o processo no Julgado de Paz do Oeste Bombarral, n.º 60/2022 JPTRV, contra Maria do Rosário Cristo Conde Silva e Manuel José Barros da Silva, solicitando o pagamento no valor de 10.079,76€, correspondente a mensalidades e despesas de saúde.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros – Fundo Compensações (FCT)	12 669,23	9 732,14
Centuris, CRL	250,00	250,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	12 919,23	9 982,14

Várias
J. Alves
Subscritas

	Total	4 981,34	11 875,28
Rendimentos a Reconhecer			
Subsídios à Exploração		0	16 640,00
Acordos cooperação Segurança Social		40 059,35	
Projetos I.E.F.P.		11 748,17	
Total		51 807,52	16 640,00

15.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	250,00	250,10
Depósitos à ordem	525 489,08	316 189,18
Depósitos a prazo	244 000,00	244 000,00
Total	769 739,08	560 439,28

15.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	163 292,93	0,00	0,00	163 292,93
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	187 714,52	0,00	0,00	187 714,52
Resultados transitados	1 221 082,24	0,00	-7 690,26	1 213 391,98
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	425 526,60	0,00	-20 760,57	404 766,03
Total	1 997 616,29	0,00	-28 450,83	1 969 165,46

A variação dos fundos patrimoniais resulta das seguintes operações:

- Tratamento dos resultados do período anterior, tendo sido feita a sua aplicação em Resultados Transitados;
- Imputação dos Subsídios ao Investimento como rendimento do período na proporção da respetiva depreciação dos ativos subjacentes;

15.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	28 223,64	20 533,29
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	28 223,64	20 533,29

Vânia K.
 J. A. L. S.
 J. A. L. S.
 J. A. L. S.

15.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	8 874,10	9 668,62
Utentes	42 398,33	45 870,05
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	5 252,18	4 606,20
Utentes	77 541,48	71 519,48
Subtotal	134 066,09	131 664,35
Perdas por imparidade acumuladas	(67 128,80)	(55 795,99)
Total	66 937,29	75 868,36

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Clientes/Utentes	13 700,31	3 394,49
Total	13 700,31	3 394,49

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Reversões Perdas de Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Utentes	2 692,85	788,15
Total	2 692,85	788,15

15.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	35,95
Adiantamentos a Fornecedores	736,24	435,05
Devedores por acréscimos de rendimentos	72 837,16	20 128,15
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	27 709,64	24 547,83
Total	101 283,04	45 145,98

15.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 795,36	10 417,71
Contrato cópias Develop INEO-220	44,28	44,28
Saúde e Segurança no trabalho	930,62	248,85
Aluguer Equip. Liqui.DO	228,83	209,87
Actualiz. Software	392,95	365,27
Training Pass	146,50	146,50
Serviços Especializados	442,80	442,80

Vânia
 J. ALVES
 J. ALVES
 J. ALVES

15.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 809,33	3 084,39
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1 809,33	3 084,39
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	500,71	1 164,72
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 367,02	4 232,37
Segurança Social	22 038,46	22 169,52
Outros Impostos e Taxas	430,42	369,38
Total	28 336,61	27 935,99

15.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Pessoal		
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	14 460,69	0,00
Credores por acréscimo de gastos		
Provisão Férias, Sub Férias e Encargos	176 482,34	151 799,18
Outros acréscimos de gastos	7 546,13	5 485,94
Outros credores		
Utente cofre	58 816,52	59 034,91
Fornecedores /Despesas de saúde	00,00	0,00
Utentes – Reembolso Desp. Saude	74,64	53,81
Outros credores*	17 500,00	
Total	274 880,32	216 373,84

* Outros credores refere-se ao adiantamento efetuado pelo CRSS para aquisição de viatura elétrica ao abrigo do PRR.

Os credores por acréscimo de gastos referem-se essencialmente à responsabilidade com férias e subsídio de férias a pagar em 2023.

15.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, o seguinte subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	827 870,09	705 116,57
Subsídios de outras entidades – BPI	16 640,00	22 835,07
Donativos		
Monetário	21 971,54	16 876,19
Espécie	205 316,51	53 299,38
Consignação IRS	1 574,60	2 930,17
Total Donativos	228 862,65	73 105,74
Total	1 073 372,74	801 057,38

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

15.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	84 263,95	88 261,32
Materiais	22 296,66	20 455,53
Energia e fluidos	93 365,16	80 446,97
Deslocações, estadas e transportes	1 968,72	1 489,13
Serviços diversos	21 323,74	19 615,67
Total	223 218,23	210 268,62

15.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares		
Subsídio Funeral	2 649,60	0,00
Produção de energia	3 583,03	3 365,56
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 378,72	1 587,94
Outros rendimentos		
*Correções relativas a períodos anteriores	4 321,75	170,18
Imputação de subsídios para investimentos	20 671,32	20 258,54
Imputação de doações ao investimento	89,25	89,25
Falta de aviso prévio	870,80	2 286,16
Outros não especificados		125,27
Total	33 564,47	27 882,90

Nota: As correções relativas a períodos anteriores, refere-se a recebimento em 2022 do programa POAPMC no valor de 4302,02€ referente a 2021.

15.13 Outros gastos

Vânia X.
 J. ALVES
 R. G.
 J. G.

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	105,11	144,25
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	48,50	0,00
Perdas em inventários	0,00	193,97
Outros Gastos		
Correções de períodos anteriores		
ISS, IP	0,00	11 909,68
*Outras	4 010,79	86,72
Quotizações	1 307,75	300,00
Outros Gastos		0,04
Total	5 472,15	12 634,66

***Nota:** Na rubrica "correções de períodos anteriores" foi registado o gasto de 148,59€ referente à devolução ao IEFP do encerramento de um projeto. O valor de 3 862,20€ refere-se à adjudicação de Processo colocado no Julgado de Paz do Bombarral (proc 39/2021 JPBBR), contra a empresa Meritformula e Amândio César Guedes da Silva, referente a um adiantamento, no valor de 3.862,20€) para fornecimento de um Módulo para espaço de Isolamento e que não foi entregue. Foi arquivado por insolvência dos arguidos.

15.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	5,69
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	5,69
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	8,54	8,54
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	8,54	8,54
Resultados Financeiros	8,54	2,85

15.15 Acontecimentos após data de Balanço

Entre 31 de dezembro de 2022 e a data de emissão das Demonstrações Financeiras não ocorreram eventos materialmente relevantes que implicassem ajustamentos às referidas Demonstrações Financeiras.

Espera-se que a Instituição seja capaz de prosseguir com a sua atividade, não existindo outros eventos relevantes após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Em 2023 mantem-se a Guerra na Ucrânia com o conseqüente aumento dos custos da energia e a espiral inflacionária daí decorrente, que previsivelmente implicará um aumento considerável dos custos de funcionamento e o aumento de situações de Pessoas em situação de debilidade social e económica que implicarão a intervenção da instituição.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela direção a 15/03/2023.

Paradas, 15 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Vânia Xavier

A Direção



Helena Isabel Felismino Pereira

Dulce Maria Pascoal Correia



João Francisco Rodrigues Alves